

**AS ESCOLAS DIANTE DA VIOLENCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES:
DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
EM MACEIÓ, ALAGOAS**

**SCHOOLS FACING VIOLENCE AGAINST CHILDREN AND ADOLESCENTS:
CHALLENGES AND POTENTIAL IN THE WORK OF EDUCATION PROFESSIONALS
IN MACEIÓ, ALAGOAS**

**LAS ESCUELAS FRENTE A LA VIOLENCIA CONTRA NIÑOS Y ADOLESCENTES:
DESAFIOS Y POTENCIALIDADES EN EL TRABAJO DE LOS PROFESIONALES DE LA
EDUCACIÓN EN MACEIÓ, ALAGOAS**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n11-253>

Data de submissão: 20/10/2025

Data de publicação: 20/11/2025

Paula Orchiucci Miura

Pós-Doutora em Psicologia Clínica

Instituição: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

E-mail: paula.miura@ip.ufal.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5103-9787>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6612101090683256>

Gisele da Luz Freire Silva

Mestranda em Psicologia

Instituição: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

E-mail: gisele.silva@ip.ufal.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8228-6588>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9103845836671746>

RESUMO

A violência contra crianças e adolescentes permanece como um dos mais graves desafios à garantia de direitos no Brasil. Apesar dos avanços legais e das políticas públicas, o cotidiano escolar ainda revela fragilidades na identificação e na notificação de casos. Este estudo teve como objetivo levantar informações sobre os processos de identificação, notificação e enfrentamento da violência infantojuvenil nas escolas municipais e estaduais de Maceió, Alagoas. Trata-se de uma pesquisa transversal e descritiva, com abordagem quanti-qualitativa, realizada de forma remota com 92 profissionais da educação. Utilizou-se um questionário composto por 13 questões fechadas e 2 abertas, cujos dados foram analisados no software IRaMuTeQ. Constatou-se a predominância de professores do Ensino Fundamental I e II, atuantes na Região Administrativa 7, com menos de um ano de exercício profissional. Identificou-se ausência de suporte institucional, escassez de formação continuada sobre a violência e confusão conceitual entre denúncia e notificação, fatores que favorecem a subnotificação. As principais potencialidades referem-se à atuação da escola, da assistência social, do Conselho Tutelar e ao trabalho intersetorial articulado. Conclui-se que persiste um descompasso entre as diretrizes legais e a prática escolar, tornando urgente a oferta de capacitações continuadas e o fortalecimento dos fluxos intersetoriais de proteção.

Palavras-chave: Violência Infantojuvenil. Profissionais da Educação. Notificação. IraMuTeQ. Maceió.

ABSTRACT

Violence against children and adolescents remains one of the most serious challenges to guaranteeing rights in Brazil. Despite legal advances and public policies, daily school life still reveals weaknesses in the identification and reporting of cases. This study aimed to gather information on the processes of identification, reporting, and addressing violence against children and adolescents in municipal and state schools in Maceió, Alagoas. A questionnaire consisting of 13 closed-ended and 2 open-ended questions was used, and the data were analyzed using the IRaMuTeQ software. The study found a predominance of teachers from Elementary School I and II, working in Administrative Region 7, with less than one year of professional experience. A lack of institutional support, a scarcity of continuing education on violence, and conceptual confusion between reporting and notification were identified, factors that contribute to underreporting. The main strengths relate to the actions of the school, social services, the Child Protective Services, and coordinated intersectoral work. It is concluded that a mismatch persists between legal guidelines and school practice, making the provision of ongoing training and the strengthening of intersectoral protection mechanisms urgent.

Keywords: Child and Youth Violence. Education Professionals. Notification. IRaMuTeQ. Maceió.

RESUMEN

La violencia contra la infancia y la adolescencia sigue siendo uno de los mayores desafíos para la garantía de los derechos en Brasil. A pesar de los avances legales y las políticas públicas, la vida escolar cotidiana aún revela deficiencias en la identificación y denuncia de casos. Este estudio tuvo como objetivo recopilar información sobre los procesos de identificación, denuncia y atención de la violencia contra la infancia y la adolescencia en escuelas municipales y estatales de Maceió, Alagoas. Se trata de un estudio transversal y descriptivo, con un enfoque cuantitativo-cualitativo, realizado de forma remota con 92 profesionales de la educación. Se utilizó un cuestionario compuesto por 13 preguntas cerradas y 2 abiertas, y los datos se analizaron con el software IRaMuTeQ. El estudio reveló una predominancia de docentes de primaria (niveles I y II), pertenecientes a la Región Administrativa 7, con menos de un año de experiencia profesional. El estudio identificó una falta de apoyo institucional, escasez de formación continua sobre violencia y confusión conceptual entre denuncia y notificación, factores que contribuyen a la subnotificación. Las principales fortalezas se relacionan con las acciones de los centros educativos, los servicios sociales, los Servicios de Protección Infantil y el trabajo intersectorial coordinado. Concluye que persiste una discrepancia entre las directrices legales y la práctica escolar, lo que hace urgente ofrecer formación continua y fortalecer los mecanismos de protección intersectoriales.

Palabras clave: Violencia Infantil y Juvenil. Profesionales de la Educación. Notificación. IRaMuTeQ. Maceió.

1 INTRODUÇÃO

A violência contra crianças e adolescentes, fenômeno multideterminado e multifatorial, constitui um grave problema social e de saúde pública, com sérias repercuções no desenvolvimento das vítimas, tanto no âmbito físico, quanto psicológico e relacional (Ragazzino; Henemann; Cardoso, 2022). De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002), trata-se de toda forma de tratamento físico e/ou emocional degradante, abuso sexual, negligência ou exploração comercial, que cause danos reais ou potenciais à saúde, à sobrevivência ou à dignidade da vítima, em contextos marcados por relações de responsabilidade, confiança ou poder.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define como criança quem tem até 12 anos incompletos e como adolescente quem possui entre 12 e 18 anos incompletos (Brasil, 1990). Muitas crianças e adolescentes, contudo, vivenciam essa etapa do desenvolvimento sob a marca da violência. Miura (2014) destaca que essa grave violação dos direitos humanos ocorre em todas as regiões do mundo, independentemente de gênero, raça, classe social, nível socioeconômico, escolaridade ou religião.

Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2025) mostram aumento significativo da violência contra pessoas de 0 a 17 anos em 2024, com 33.269 vítimas de maus-tratos físicos e 12.446 casos de abandono de incapaz. O relatório mais recente do Mapear¹, projeto da Polícia Rodoviária Federal em parceria com a Childhood Brasil, identificou 17.687 pontos vulneráveis à exploração sexual infantil nas rodovias federais – crescimento de 83,2% em relação ao levantamento anterior (9.653 pontos). O Nordeste concentrou o maior número de locais mapeados (6.532), seguido do Sudeste (5.041), Sul (2.474), Centro-Oeste (2.210) e Norte (1.430) (PRF, 2024).

No ano de 2024, foram registrados, em Alagoas, 1.202 casos de violência física, 304 de violência psicológica/moral, 1.373 de violência sexual, 18 de exploração sexual e 149 de negligência ou abandono entre crianças e adolescentes de até 19 (Fundação Abrinq, 2025). Em pesquisa realizada no Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA), Silva e Miura (2025) identificaram 576 violações de direitos contra esse público em Maceió entre 2011 e 2022, com notificações concentradas nos anos de 2020 (101), 2021 (233) e 2022 (242). As crianças foram as principais vítimas (88,5%), sobretudo meninas (58%). A violência física correspondeu a 75,1% dos casos, seguida do abuso sexual (14,2%) e da violência psicológica (4,6%). Os principais autores foram pais (47,8%), mães (30,4%) e tios(as) (21,8%). Ao considerar a subnotificação, é provável que a magnitude dessas

¹A Polícia Rodoviária Federal utiliza o Projeto Mapear desde 2003 como instrumento orientador de suas diretrizes no enfrentamento aos crimes sexuais contra crianças e adolescentes. A partir das informações produzidas pelo mapeamento das rodovias federais, a instituição desenvolve campanhas educativas e realiza operações voltadas à identificação de suspeitos e ao resgate de menores em situação de risco (PRF, 2024).

violações seja ainda maior, reforçando a necessidade de intensificar ações de prevenção e enfrentamento da violência na infância e adolescência.

A exposição à violência pode comprometer gravemente o desenvolvimento infantil e adolescente, gerando repercussões sociais, emocionais e cognitivas ao longo da vida. As vítimas podem desenvolver transtornos variados e manifestar sintomas como ansiedade, depressão, baixo rendimento escolar, alterações de memória, comportamento agressivo ou violento e tentativas de suicídio (Ministério da Saúde, 2010).

Desde a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, cabe às famílias, à sociedade e ao Estado garantir a proteção integral de crianças e adolescentes, mantendo-os a salvo de qualquer forma de discriminação, violência, crueldade ou opressão (Brasil, 1998). Já o ECA, em seu artigo 13º, estabelece a obrigatoriedade de comunicação de suspeita ou confirmação de castigo físico ou tratamento degradante ao Conselho Tutelar, por parte de qualquer pessoa ou instituição.

A notificação, implantada no país desde 1990, constitui “o primeiro instrumento de garantia dos direitos de crianças e adolescentes, após a ocorrência ou suspeita de violência” (Garcia; Silva, 2021, p. 170). O ato de notificar, além de desencadear um processo voltado à interrupção da violência, tem como finalidade principal a responsabilização legal daqueles que violaram os direitos da criança ou do adolescente, assim como o apoio e prestação de assistências às famílias (Bazon; Faleiros, 2013).

Profissionais da educação, por conviverem cotidianamente com o público infantojuvenil, ocupam posição estratégica para identificar e notificar situações de maus-tratos, ao observarem alterações comportamentais, sinais físicos de violência ou relatos espontâneos das crianças (Bazon; Faleiros, 2013). Nesse sentido, professores, coordenadores, diretores e demais agentes escolares exercem papel fundamental na identificação, notificação e enfrentamento da violência.

A escola configura-se, portanto, como espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações de prevenção e proteção à infância e à adolescência. A instituição atua tanto no nível primário, por meio da orientação, do apoio e da disseminação de informações sobre maus-tratos, quanto no nível secundário, mediante a identificação e o diagnóstico precoce de casos suspeitos ou confirmados (Ferreira, 2012; Niskier, 2012).

Apesar de o ECA prever políticas públicas voltadas à formação continuada de profissionais da saúde, assistência social e educação, a realidade ainda revela lacunas significativas. Pesquisas realizadas em escolas apontam dificuldades entre professores no reconhecimento dos diferentes tipos de violência (Garbin *et al.*, 2017), no encaminhamento adequados dos casos (Guimarães; Machado; Ormeno, 2020) e na ausência de capacitação específica sobre o tema (Granville-Garcia *et al.*, 2009).

Diante da relevância do papel dos profissionais da educação na proteção infantojuvenil, busca-

se contribuir para o aprimoramento das práticas educativas e intersetoriais voltadas à prevenção da violência e à garantia dos direitos infantojuvenis. Nesse sentido, esta pesquisa teve como objetivo levantar informações sobre os processos de identificação, notificação e enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes nas escolas municipais e estaduais de Maceió, Alagoas.

2 MÉTODO

2.1 ASPECTOS ÉTICOS

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), sob o protocolo CAAE nº 39947120.0.0000.5013 e parecer nº 4.827.067. O estudo atendeu às recomendações da Carta Circular nº 01/2021 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), que estabelece orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambientes virtuais.

2.2 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de uma pesquisa transversal e descritiva, com abordagem quantitativa e qualitativa. Para Minayo e Sanches (1993), essas abordagens podem e devem ser utilizadas de forma complementar, uma vez que o estudo quantitativo abrange um amplo conjunto de dados e conjuntos demográficos, enquanto o qualitativo permite compreender e aprofundar a complexidade do fenômeno investigado. “Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa” (Minayo; Sanches, 1993, p. 247). Transversal, pois a coleta de dados ocorreu em um único recorte temporal (Bastos; Duquia, 2007). Descritivo, pois objetivou-se registrar e caracterizar os dados relativos à temática pesquisada (Dalfovo; Lana; Silveira, 2008).

2.3 CENÁRIO E PARTICIPANTES

A pesquisa foi realizada junto às escolas públicas da cidade de Maceió, de forma remota, por meio de *e-mails* e *WhatsApp*. A amostra foi composta por 92 profissionais, distribuídos em 37 escolas (sendo 32 da rede municipal e 5 da rede estadual).

2.4 INSTRUMENTO E COLETA DE DADOS

A coleta de informações ocorreu entre outubro de 2021 e novembro de 2022, por meio de um questionário, cujo objetivo principal consistiu na prevenção e enfrentamento da violência infantojuvenil, mediante o levantamento de dados junto aos profissionais da educação. O instrumento contou com 13 questões fechadas e 2 abertas.

As perguntas fechadas² foram elaboradas para identificar o local de atuação, o nível de ensino da escola, a função, o tempo de exercício da profissão, bem como aspectos relacionados à capacitação/formação, fluxo de atendimento, serviços da rede de proteção infantojuvenil, notificação e enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes.

As duas questões abertas (“Qual(is) a(s) maior(es) dificuldade(s) da escola com relação ao enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes?” e “Qual(is) a(s) maior(es) potencialidade(s) da escola com relação ao enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes?”) foram empregadas com a finalidade de conhecer as dificuldades e potencialidades da escola no combate ao fenômeno da violência, visando, por meio desse conhecimento, contribuir para a prática e os estudos envolvendo famílias, crianças, adolescentes e profissionais.

As pesquisadoras entraram em contato com os profissionais da educação da rede municipal e estadual de Maceió, por meio de convites presenciais em algumas escolas, a partir de eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação de Maceió (SEMED), bem como via *e-mails*, *WhatsApp* e redes sociais. Após a explicação dos objetivos, benefícios, riscos e possíveis incômodos associados ao preenchimento do questionário, este foi aplicado de forma remota pelos meios de contato mencionados. Todos os(as) participantes que consentiram em participar assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

² Perguntas fechadas do questionário:

- 1- Em que Região Administrativa sua escola está situada?
- 2- Qual o nível de ensino da sua escola?
- 3- Qual função você exerce na escola?
- 4- Há quanto tempo exerce a profissão?
- 5- Há quanto tempo trabalha na rede municipal ou estadual da educação?
- 6- Você já teve alguma capacitação/formação acerca da violência contra crianças e adolescentes? Se sim, informe a quantidade; Se sim, especifique o tempo de capacitação/formação; Se sim, especifique o tipo de capacitação/formação; Caso tenha tido outro tipo, especifique.
- 7- Se participou da(s) formação(ções)/capacitação(ões), você considera que esta(s) foi(foram) suficiente(s) para que você consiga identificar casos de violência em sua escola?
- 8- Se participou da(s) formação(ões)/capacitação(ões), você considera que esta(s) foi(foram) suficiente(s) para que você consiga notificar casos de violência em sua escola?
- 9- Você conhece o fluxo de atendimento da rede de proteção da criança e do adolescente (Assistência Social, Conselho Tutelar, Saúde, Judiciário...)?
- 10- A sua escola faz uma articulação com a rede de proteção da criança e do adolescente (Assistência Social, Conselho Tutelar, Saúde, Judiciário...)?
- 11- A sua escola tem um fluxo de atendimento de casos de violência contra crianças e adolescentes?
- 12- Você sabe que serviço acionar quando identifica um caso de violência contra crianças e adolescentes?
- 13- Na sua escola já houve ocorrência de algum caso de violência contra crianças e adolescentes? Se sim, o caso foi notificado?

2.5 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Todos os dados do questionário foram tabulados no *Excel*, organizados e armazenados no banco de dados do grupo de pesquisa para posterior análise estatística descritiva.

As respostas das duas questões abertas foram selecionadas e reunidas em dois *corpus* textuais, os quais foram submetidos ao *software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaire* (IRaMuTeQ). Trata-se de um programa gratuito, desenvolvido por Pierre Ratinaud em 2009, que se ancora no *software R*, utiliza a linguagem *python* e viabiliza diferentes tipos de análises estatísticas sobre dados textuais, desde lexicografia básica (cálculo de frequência das palavras) e organização do vocabulário de forma comprehensível e visualmente clara (análise de similitude, nuvem de palavra), até análises multivariadas, como a classificação hierárquica descendente (Camargo; Justo, 2013).

A partir do *IRaMuTeQ*, os dados foram processados por meio da Nuvem de Palavras, uma análise lexical simples, porém graficamente didática e visualmente expressiva, que permite identificar o vocabulário mais frequente no *corpus* textual. Neste tipo de análise, “as palavras têm seu tamanho diretamente proporcional à sua frequência de evocação no *corpus* transcrito” (Medeiros *et al.*, 2022, p. 9). Assim, os vocábulos de maior frequência aparecem maiores e posicionados no centro, enquanto os de menor frequência são menores e localizados na periferia da nuvem (Canuto *et al.*, 2021).

3 RESULTADOS

Tabela 1. Perfil dos profissionais da educação de Maceió

REGIÃO ADMINISTRATIVA EM QUE A ESCOLA DO PROFISSIONAL ESTÁ SITUADA ³	N=92	%
RA1 - Mangabeiras, Jatiúca, Poço, Ponta Verde, Ponta da Terra, Jaraguá, Pajuçara	1	1,1
RA2 - Centro, Pontal da Barra, Trapiche da Barra, Prado, Ponta Grossa, Levada, Vergel do Lago	16	17,4
RA3 - Farol, Pitanguiha, Pinheiro, Gruta de Lourdes, Canaã, Santo Amaro, Jd. Petrópolis, Ouro Preto	20	21,7
RA4 - Bebedouro, Chã de Bebedouro, Chã da Jaqueira, Bom Parto, Petrópolis, Sta Amélia, Fernão Velho, Rio Novo, Mutange	7	7,6
RA5 - Jacintinho, Feitosa, Barro Duro, Serraria, São Jorge	11	12
RA6 - Benedito Bentes e Antares	7	7,6
RA7 - Santos Dumont, Clima Bom, Cidade Universitária, Santa Lúcia, Tabuleiro dos Martins	28	30,4
RA8 - Jacarecica, Garça Torta, Cruz das Almas, Riacho Doce, Pescaria, Ipioca	2	2,2
NÍVEL DE ENSINO DA ESCOLA EM QUE O(A) PROFISSIONAL TRABALHA	N=92	%
Educação infantil	8	8,7
Fundamental I	37	40,2
Fundamental II	39	42,4
Ensino Médio	6	6,5
EJA I	2	2,2
FUNÇÃO EXERCIDA NA ESCOLA	N=92	%
Diretor(a)	6	6,5
Coordenador(a)	8	8,7
Professor(a)	46	50

³Regiões Administrativas de Maceió:

<https://www.participa.maceio.al.gov.br/participa-maceio/regiaoAdministrativas.faces>

Assistente Social	4	4,3
Apoio de Sala	2	2,2
Cozinheiro(a)	1	1,1
Outros	25	27,2
TEMPO DE EXERCÍCIO DA PROFISSÃO	N=92	%
Menos de 1 ano	18	19,6
De 2 a 5 anos	13	14,1
De 6 a 10 anos	13	14,1
De 11 a 15 anos	12	13,1
De 16 a 20 anos	15	16,3
De 21 a 25 anos	13	14,1
De 26 a 30 anos	7	7,6
Não informado	1	1,1
TEMPO DE TRABALHO NA REDE MUNICIPAL OU ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	N=92	%
Menos de 1 ano	34	36,9
De 2 a 5 anos	11	11,9
De 6 a 10 anos	3	3,3
De 11 a 15 anos	17	18,5
De 16 a 20 anos	14	15,2
De 21 a 25 anos	12	13,1
Não informado	1	1,1

Fonte: Autoras (2023)

A Tabela 1 apresenta as respostas do questionário aplicado aos 92 profissionais da educação de Maceió. Desses, 28 (30,4%) trabalham em escolas localizadas na Região Administrativa (RA) 7, 20 (21,7%) na RA3, 16 (17,4%) na RA2, 11 (12%) na RA5, 7 (7,6%) na RA4, 7 (7,6%) na RA6, 2 (2,2%) na RA8 e 1 (1,1%) na RA1.

Quanto ao nível de ensino das escolas, 39 (42,4%) atuam no Fundamental II, 37 (40,2%) no Fundamental I, 8 (8,7%) na Educação Infantil, 6 (6,5%) no Ensino Médio e 2 (2,2%) na Educação de Jovens e Adultos 1 (EJA1). Em termos de função, 46 (50%) exercem a docência, 8 (8,7%) são coordenadores(as), 6 (6,5%) diretores(as), 4 (4,3%) assistentes sociais, 2 (2,2%) apoio de sala, 1 (1,1%) cozinheiro(a) e 25 (27,2%) se enquadram na categoria “Outros” (auxiliar de sala, estagiário(a), intérprete de libras, psicólogo(a) escolar, serviço-administrativo, vice-direção).

Em relação ao tempo de exercício de profissão, 18 (19,6%) atuam há menos de 1 ano, 13 (14,1%) entre 2 e 5 anos, 13 (14,1%) entre 6 e 10 anos, 12 (13,1%) entre 11 e 15 anos, 15 (16,3%) entre 16 e 20 anos, 13 (14,1%) entre 21 e 25 anos, 7 (7,6%) entre 26 e 30 anos e 1 (1,1%) não informou.

Quanto ao tempo de trabalho na rede municipal ou estadual de educação, 34 (36,9%) possuem menos de 1 ano de experiência, 11 (11,9%) entre 2 a 5 anos, 3 (3,3%) entre 6 a 10 anos, 17 (18,5%) entre 11 a 15 anos, 14 (15,2%) entre 16 a 20 anos, 12 (13,1%) entre 21 a 25 anos e 1 (1,1%) não informou.

Tabela 2. Capacitação/formação dos profissionais da educação de Maceió sobre violência contra crianças e adolescentes

CAPACITAÇÃO/FORMAÇÃO	N=92	%
Teve	43	46,7
Não teve	49	53,3
QUANT. DE CAPACITAÇÃO/FORMAÇÃO DOS QUE TIVERAM	N=43	%
1 vez	16	37,3
2 vezes	10	23,3
3 vezes	8	18,6
4 vezes	3	6,9
5 ou mais vezes	6	13,9
TEMPO DA CAPACITAÇÃO/FORMAÇÃO DOS QUE TIVERAM	N=43	%
Curta duração (8 a 40 horas)	37	86
Média duração (40 a 70 horas)	4	9,3
Longa duração (acima de 71 horas)	2	4,7
TIPO DE CAPACITAÇÃO/FORMAÇÃO DOS QUE TIVERAM	N=43	%
Palestras	37	86
Cursos	3	6,9
Grupos de estudo	2	4,7
Capacitação	1	2,4
OUTRO TIPO DE CAPACITAÇÃO/FORMAÇÃO	N=6	%
Oficinas com a Rav	2	33,2
Educação Sexual	1	16,7
Seminário	1	16,7
Capacitação sobre o CREAS	1	16,7
Discussão sobre o ECA	1	16,7

Fonte: Autoras (2023)

Concernente à indagação sobre a participação em capacitação/formação acerca da violência contra crianças e adolescentes, a maioria dos profissionais, 49 (53,3%), respondeu que não teve, enquanto 43 (46,7%) afirmaram já ter participado. Entre os que participaram de alguma capacitação profissional, 16 (37,3%) tiveram apenas uma vez; 10 (23,3%), duas vezes; 8 (18,6%), três vezes; 3 (6,9%), quatro vezes e 6 (13,9%), cinco ou mais vezes.

No que se refere à duração da formação desses 43 profissionais, 37 (86%) relataram que foi de curta duração (8 a 40 horas), 4 (9,3%) de média duração (41 a 70 horas) e 2 (4,7%) de longa duração (acima de 71 horas). Quanto ao tipo de capacitação/formação, 37 (86%) participaram de palestras, 3 (6,9%) de cursos, 2 (4,7%) de grupos de discussão e 1 (2,4%) de capacitação. Entre aqueles que assinalaram “Outros”, 2 (33,2%) mencionaram oficinas com a Rede de Atenção às Violências (RAV); 1 (16,7%), educação sexual; 1 (16,7%), seminário; 1 (16,7%), capacitação do Ministério da Cidadania e Direitos Humanos sobre a política de Assistência Social no CREAS; e 1 (16,7%), discussão sobre o ECA.

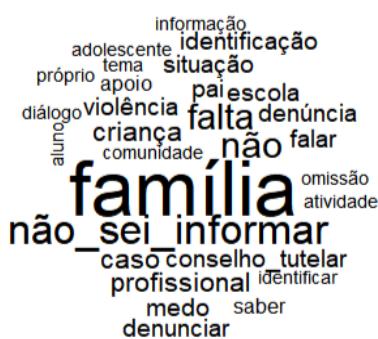
Quando questionados sobre a suficiência da formação/capacitação para identificar casos de violência na escola, 26 (60,5%) responderam que não, enquanto 17 (39,5%) afirmaram que sim. No que tange à notificação de casos, 22 (51,1%) não consideraram a formação suficiente para notificar, 19 (44,2%) consideraram suficiente e 2 (4,7%) não responderam.

Sobre o conhecimento do fluxo de atendimento da rede de proteção da criança e do adolescente (Assistência Social, Conselho Tutelar, Saúde, Judiciário, etc.), 54 (58,7%) afirmaram conhecer, 36 (39,1%) não conhecem e 2 (2,2%) não responderam. Quanto à articulação com a rede de proteção, 75 (81,5%) relataram que as escolas realizam esse vínculo, enquanto 17 (18,5%) afirmaram que não há articulação. Ainda nesse tópico, 53 (57,6%) indicaram que na escola em que atuam não existe fluxo de atendimento de casos de violência e 39 (42,4%) confirmaram sua existência.

A maioria dos(as) participantes, 79 (85,9%), sabe qual serviço acionar ao identificar violência contra crianças e adolescentes, enquanto 13 (14,1%) não sabem. Quanto à ocorrência de casos na escola, 52 (56,5%) relataram que houve e 40 (43,5%) que não houve. Nos casos em que houve violência, 39 (75%) notificaram, 9 (17,3%) não notificaram e 4 (7,7%) não responderam.

Em relação às duas questões abertas do questionário, foram obtidas 184 respostas (92 para cada pergunta), organizadas em dois *corpus* textuais e processadas no software *IRaMuTeQ*. No *corpus* da primeira questão aberta, identificaram-se 92 segmentos de texto (ST), com 669 ocorrências, 304 formas e 218 *hapax*, correspondendo a 32,59% das ocorrências e 71,71% das formas aparecendo uma única vez ao longo do *corpus*. No *corpus* da segunda questão aberta, foram encontrados 93 segmentos de texto (ST), com 787 ocorrências, 352 formas e 257 *hapax*, ou seja, 32,66% das ocorrências e 73,01% das formas ocorreram apenas uma vez no *corpus*.

Figura 1. Nuvem de palavras das maiores dificuldades das escolas no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes

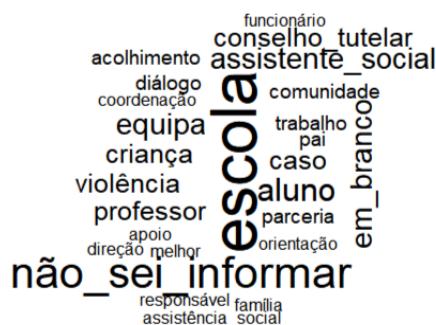


Fonte: Autoras (2023)

A Nuvem de Palavras 1 reúne os termos que refletem as principais dificuldades dos profissionais da educação de Maceió no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Os vocábulos mais frequentes - dispostos em tamanho maior na nuvem - foram: “família”, “não sei informar”, “denunciar”, “medo”, “falta”, “identificação” e “sítução”. Apesar de 10,87% dos

profissionais não terem informado resposta, a distribuição das palavras indica que as maiores dificuldades estão relacionadas à família, à omissão ou conivência desta e à violência no ambiente familiar, ao receio e à decisão de denunciar, bem como à identificação de possíveis casos de violência.

Figura 2. Nuvem de palavras das maiores potencialidades das escolas no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes



Fonte: Autoras (2023)

Na Nuvem de Palavras 2, aparecem os termos que refletem as principais potencialidades das escolas de Maceió no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Os vocábulos mais frequentes - dispostos em tamanho maior na nuvem - foram: “escola”, “não sei informar”, “em branco”, “conselho tutelar”, “assistente social”, “acompanhamento”, “diálogo”, “coordenação”, “equipe” e “professor”. Apesar de 11,95% dos profissionais não terem resposta e 8,7% terem deixado a questão em branco, a distribuição das palavras indica que a escola constitui um agente central no combate à violência, assim como o Conselho Tutelar e os serviços de Assistência Social. Além disso, o trabalho em equipe e a articulação com a rede de proteção foram destacados como importantes potencialidades.

4 DISCUSSÃO

A maioria dos(as) participantes é composta por professores do Ensino Fundamental I e II, atuantes em escolas da Região Administrativa 7 de Maceió, que abrange os bairros Santos Dumont, Clima Bom, Cidade Universitária, Santa Lúcia e Tabuleiro dos Martins. Miura *et al.* (2023) mapearam os equipamentos públicos de Maceió voltados ao enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, identificando 320 instituições em funcionamento, das quais 180 pertencem à área da educação. No caso das escolas, a distribuição por RA é a seguinte: RA1 (9), RA2 (3), RA3 (18), RA4 (21), RA5 (25), RA6 (23), RA7 (46) e RA8 (8).

Observa-se, portanto, a grande presença de professores na RA7, região com o maior número de instituições destinadas à proteção infantojuvenil. Este dado evidencia a potencialidade do trabalho educativo junto aos estudantes do Fundamental I (6 a 10 anos, 1º ao 5º ano) e II (11 a 14 anos, 6º ao 9º ano), etapa em que são difundidos valores sociais, direitos e deveres, bem como noções de respeito ao bem comum e à democracia. Essas ações contribuem para o incentivo da autonomia e para a redução do ciclo de repetição intergeracional da violência (Brasil, 1996).

Quanto à capacitação ou formação sobre violência contra crianças e adolescentes, a maioria dos profissionais (53,3%) relatou não ter participado de qualquer formação, enquanto 43% afirmaram já terem sido capacitados. Entre os que tiveram alguma capacitação, 37,3% participaram apenas uma vez, em ações de curta duração (8 a 40 horas), envolvendo palestras, cursos, grupos de discussão sobre educação sexual e o ECA, oficinas da RAV, seminários e capacitação sobre o CREAS. Esses dados refletem a dificuldade em identificar casos de maus-tratos nas escolas, indicando que a temática da violência ainda surge de forma pontual, em situações específicas, não constituindo uma pauta coletiva e sistemática na formação de professores, coordenadores, diretores e demais profissionais da educação.

No que diz respeito ao conhecimento sobre o fluxo de atendimento da rede de proteção da criança e do adolescente, embora a maioria dos profissionais (60,7%) tenha afirmado conhecer a rede e 85,9% saiba qual serviço acionar ao identificar situações de violência, 60,5% consideram insuficiente a formação/capacitação recebida para identificar indícios ou sinais de maus-tratos em seus alunos. Dessa forma, torna-se evidente a urgência da implementação de projetos de formação específica e continuada sobre violência no contexto escolar, considerando que a escola exerce papel crucial na rede de enfrentamento da violência, mas apenas se seus profissionais estiverem devidamente capacitados para atuar frente a esses casos (Rocha; Lemos; Lirio, 2011).

4.1 NUVEM DE PALAVRAS 1 – DESAFIOS E BARREIRAS NA ATUAÇÃO ESCOLAR FRENTE À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A dificuldade de diálogo com as famílias sobre violência contra crianças e adolescentes, assim como a omissão, conivência e maus-tratos cometidos por membros do ambiente familiar, foram apontadas pelos profissionais da educação de Maceió como as principais barreiras no enfrentamento da violência. Esse panorama sugere dificuldade dos respondentes em compreender o papel adequado da escola diante dessas situações.

Tentar dialogar diretamente com os familiares não é um procedimento apropriado e não compete à escola. Nesse sentido, Vagostello *et al.* (2006) destacam que contatar diretamente as famílias pode, dependendo da situação, fortalecer o(a) agente agressor(a), conferir-lhe credibilidade e fragilizar

ainda mais a vítima. Por outro lado, conversar com a criança ou adolescente, de forma cautelosa, constitui procedimento mais adequado, permitindo tanto o apoio necessário quanto a obtenção de informações precisas para subsidiar suspeitas de violência (Bazon; Faleiros, 2013).

A omissão, conivência e maus-tratos praticados pelos familiares, apontados como dificuldades, refletem a perpetuação da violência intrafamiliar, resultado de um processo histórico excludente e desigual enraizado na sociedade (Moreira; Sousa, 2012). No entanto, cabe às escolas não culpabilizar as famílias, mas proteger crianças e adolescentes, promovendo respeito e cuidado. As instituições escolares atuam como espaços estratégicos de prevenção à violência, tanto em nível primário (por meio de orientação, apoio, implementação de programas e disseminação de informações), quanto em nível secundário (ao identificar e diagnosticar casos de violência) (Ferreira, 2012; Niskier, 2012).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 13º, Brasil, 1990) estabelece a obrigatoriedade de notificação de todos os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, tratamento cruel e/ou maus-tratos ao Conselho Tutelar. No entanto, o medo relacionado à notificação, mencionado pelos profissionais (Figura 1), parece evidenciar uma compreensão superficial sobre os conceitos de “denúncia” e “notificação”. Essa confusão pode dificultar a tomada de decisão e gerar receio diante de situações de violência. Denunciar implica delatar e acusar, exigindo provas que sustentem a responsabilização do agente. Notificar, por sua vez, conforme previsto na legislação (Lei nº 8.069/1990), visa à responsabilização legal, ao mesmo tempo em que promove compreensão do caso e apoio às famílias (Bazon; Faleiros, 2013).

A notificação da violência deve ser compreendida como instrumento de vigilância epidemiológica, capaz de diagnosticar a situação local e subsidiar políticas públicas alinhadas à realidade concreta (Silva; Miura, 2025). Contudo, quando é equivocadamente entendida como denúncia, instala-se entre os profissionais o receio de se envolver com o procedimento, o que compromete a visibilidade das violações e limita o conhecimento sobre sua real magnitude, dificultando a formulação de estratégias de prevenção (Ragazzino; Henemann; Cardoso, 2022).

Mas, mais do que uma dificuldade conceitual, observam-se expressões como “medo, não-sei-informar...” (Nuvem de Palavras da Figura 1), indicando uma paralisia diante da violência contra crianças e adolescentes. Esse dado converge com a pesquisa de Miura, Ferreira e Alves (2025), que também identificou o receio de educadores em agir frente a essas situações e apontou que os próprios professores podem estar vivenciando situações de violência, o que potencializa ainda mais essa dificuldade. “(...) os professores não apenas enfrentam o desafio de lidar com a violência sofrida por seus alunos, mas também vivenciam formas de violência que precisam ser nomeadas, enfrentadas e prevenidas” (Miura; Ferreira; Alves, 2025, p. 16).

Essa reflexão possibilita compreender a limitação na identificação de possíveis casos de violência – também relatada pelos profissionais da presente pesquisa. A escassez de suporte institucional contribui para a manutenção do ciclo da violência e sua naturalização, reforçando “a necessidade de políticas públicas que assegurem condições de trabalho dignas, espaços de escuta e formação continuada, que contemplem o cuidado com os profissionais da educação” (Miura; Ferreira; Alves, 2025, p. 16).

4.2 NUVEM DE PALAVRAS 2 – POTENCIALIDADES DA ESCOLA E A REDE DE PROTEÇÃO NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

As escolas foram apontadas pelos profissionais da educação de Maceió como espaços de conscientização e transformação da realidade violenta enfrentada por muitas crianças e adolescentes. A parceria e o apoio do Conselho Tutelar e da Assistência Social, bem como o trabalho em equipe e articulado da rede de proteção, também foram destacados como potencialidades no enfrentamento da violência infantojuvenil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, art. 26, §9º, Brasil, 1996) estabelece que os currículos escolares incluam conteúdos relativos aos Direitos Humanos e à prevenção de toda e qualquer forma de violência contra crianças e adolescentes. Assim, a escola, além de exercer papel central na socialização entre pares, configura-se como espaço estratégico para a prevenção e combate à violência, tanto por acolher este público por grande parte do tempo, quanto por permitir aos professores identificar sinais de maus-tratos e adotar providências adequadas (Lima; Costa; Araújo, 2022).

Na comunidade escolar, crianças e adolescentes podem comunicar, de forma verbal ou não-verbal, situações de violência, por meio da manifestação de sintomas físicos e/ou psicológicos (Silva; Nascimento, 2021). Em estudo conduzido pelas mesmas autoras (2021), que analisou o papel de assistentes sociais do Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência (SPSCAVV) diante de casos de violência doméstica, constatou-se que, quando devidamente capacitados, os profissionais da educação conseguem identificar com maior precisão os sinais de maus-tratos, notificar os casos e contribuir para a interrupção do ciclo de violência.

O apoio de assistentes sociais e do Conselho Tutelar foi destacado como outro fator potencial. O trabalho do(a) assistente social, integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), envolve o atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco ou vulnerabilidade, por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e dos Serviços de Convivência, desenvolvendo ações voltadas à população em

situação de desproteção. Além disso, a assistência social atua na identificação e no diagnóstico precoce de casos de maus-tratos, compondo, assim, o nível secundário de prevenção à violência (Niskier, 2012; Sousa; Honorato, 2022).

O Conselho Tutelar, órgão permanente, autônomo e não jurisdicional, é responsável por garantir os direitos de crianças e adolescentes, recebendo e registrando notificações de suspeita ou confirmação de maus-tratos, castigo físico e tratamento cruel ou degradante (Brasil, 1990). Atua também como serviço de proteção social especial e prevenção secundária e terciária à violência, realizando intervenções quando aquela já ocorreu, visando minimizar os danos às vítimas e familiares (Ferreira, 2012; Niskier).

Chama atenção que os(as) psicólogos(as) não foram mencionados como potenciais no enfrentamento da violência. Segundo a Lei nº 13.935/2019, as redes públicas de educação básica devem contar com serviços de psicologia e assistência social para garantir qualidade no ensino e mediação das relações institucionais (Brasil, 2019). A ausência ou subvalorização deste profissional nas respostas pode refletir a falta de psicólogos(as) nas escolas ou o desconhecimento de sua importância. A atuação do(a) psicólogo(a) é estratégica, pois promove mudanças de percepção, favorece a expressão dos sujeitos, apoia o processo de ensino-aprendizagem e potencializa a capacidade dos profissionais escolares no enfrentamento da violência (Andrade *et al.*, 2019).

Por fim, o trabalho articulado da rede de proteção é apontado como fator crucial. Composta por serviços em saúde, assistência social e jurídica, a rede protetiva atua na prevenção e enfrentamento da violência, oferecendo acolhimento, orientação às famílias e suporte às vítimas. Dessa forma, a escola, em parceria com a equipe multiprofissional, consegue realizar encaminhamentos adequados e proteger as vítimas de maneira mais efetiva (Ribeiro; Fernandes; Melo, 2021).

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo levantar informações acerca da identificação, notificação e enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes nas escolas municipais e estaduais de Maceió. Observou-se que a maioria dos profissionais atua em escolas municipais da Região Administrativa 7, exercendo a função de professor(a), no Ensino Fundamental I e II.

Os resultados revelam um distanciamento entre o que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente e a prática cotidiana dos profissionais da educação. A formação específica sobre violência infantojuvenil mostrou-se insuficiente, pontual e de curta duração, comprometendo a capacidade de identificar e notificar casos de maus-tratos. Embora os profissionais conheçam a rede de proteção, a inação diante do enfrentamento da violência parece predominar. A confusão entre “denúncia” e

“notificação”, o medo, a ausência de suporte institucional e a inexistência de capacitação continuada contribuem para a subnotificação, perpetuando a invisibilidade da violência e dificultando a construção de dados epidemiológicos confiáveis.

As potencialidades identificadas – o papel preventivo da escola, a atuação do Conselho Tutelar, da assistência social e o trabalho em equipe – revelam caminhos importantes para o enfrentamento da violência. No entanto, sua efetividade é limitada por lacunas estruturais, especialmente a ausência de psicólogos(as) escolares, cuja inserção é prevista por lei, mas ainda pouco implementada nas redes de ensino. Esses achados indicam que os desafios vão além da atuação individual dos profissionais, demandando ações institucionais articuladas e investimentos contínuos na rede protetiva.

Embora restrita ao contexto da capital alagoana, a pesquisa evidencia a urgência de expandir a investigação para outras localidades e de consolidar políticas públicas que promovam suporte aos profissionais da educação, assegurem formação continuada, estabeleçam protocolos claros de notificação e fortaleçam a articulação entre as escolas e a rede de proteção, garantindo, assim, a proteção integral do público infantojuvenil.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) no ciclo 2022/2023, vinculada ao projeto “Potencializando os profissionais da educação e as famílias no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes” (IP/UFAL).

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Secretaria de Estado de Prevenção à Violência (SEPREV). CRAD disponibiliza atendimento 24h para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Alagoas, 2022.

ANDRADA, Paula Costa et al. Atuação de Psicólogas(os) na Escola: Enfrentando Desafios na Proposição de Práticas Críticas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, p. 1-16, 2019.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, v. 7, nº 2, p. 3-11, 2002.

BASTOS, João Luiz Dornelles; DUQUIA, Rodrigo Pereira. Um dos delineamentos mais empregados em epidemiologia: estudo transversal. *Scientia Médica*, v. 17, nº 4, p. 229-232, 2007.

BAZON, Marina Rezende; FALEIROS, Juliana Martins. Identificação e notificação dos maus-tratos infantis no setor educacional. *Paidéia*, v. 23, nº 54, p. 53-61, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. 1990.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, v. 21, nº 2, p. 513-518, 2013.

CANUTO, Angela et al. Paralelo qualitativo entre grupos focais presenciais e virtuais: Limitações e potencialidades vistas a partir do Iramuteq. *Novas Tendências na Investigação Qualitativa*, v. 7, p. 128-144, 2021.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. *Revista interdisciplinar científica aplicada*, v. 2, nº 3, p. 1-13, 2008.

FERREIRA, Fernanda Ranña. A prevenção da violência e promoção da cultura de paz: o papel da saúde pública. FGV SB (Sistema de Bibliotecas FGV), p. 1-20. 2012.

FÓRUM Brasileiro de Segurança Pública. 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP, 2025.

GARBIN, Cléa Adas Saliba et al. Avaliação do conhecimento de educadores sobre violência intrafamiliar: uma abordagem realizada em escolas municipais de ensino básico. *Revista de Educação Popular*, v. 16, nº 2, p. 70-81, 2017.

GARCIA, Joana; SILVA, Vanessa Miranda Gomes. A notificação compulsória da violência contra crianças e adolescentes e seus desdobramentos via Conselho Tutelar. *Desidades*, Rio de Janeiro, nº 31, p. 169-186, 2021.

GRANVILLE-GARCIA, Ana Flávia et al. Conhecimentos e percepção de professores sobre maus-tratos em crianças e adolescentes. *Saúde e Sociedade*, v. 18, nº 1, p. 131-140, 2009.

GUIMARÃES, Ana Paula de Almeida; MACHADO, Linie; ORMENO, Gabriela Reyes. Conhecimento de educadoras a respeito dos maus-tratos infantis: identificação e notificação de casos. *Dialogia*, nº 36, p. 518-531, 2020

LIMA, Millena Carneiro; COSTA, Adriana Santos; ARAUJO, Erica Pastor. Desafios no âmbito escolar com crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. *Diálogos e Perspectivas Interventivas*, v. 3, p. 1-12, 2022.

MEDEIROS, Flávia Andrea Belarmino et al. O IRAMUTEQ como ferramenta no processamento de dados em pesquisa qualitativa. *Revista Diálogos em Saúde Pública*, v. 1, nº 2, p. 1-12, 2022.

MINAYO, Maria Cecília; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, v. 9, nº 3, p. 237-248, 1993.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Impacto da violência na saúde das crianças e adolescentes - Prevenção de violências e promoção da cultura de paz. Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: Distrito Federal, 2010.

MIURA, Paula Orchiucci; FERREIRA, Melinda Torres Barros; ALVES, Ana Letícia Rios Castro. Os significados acerca da violência contra crianças e adolescentes, segundo os profissionais da educação. *Educação Pesquisa*, v. 51, e290159, 2025. (no prelo).

MIURA, Paula Orchiucci et al. Potencialidades de prevenção da violência contra crianças e adolescentes nos equipamentos públicos de Maceió, Alagoas. In: Miura, Paula Orchiucci; Oliveira, Adélia Augusta Souto de; Vasconcelos, Angelina Nunes de. (Org.). *Violências contra crianças e adolescentes: espaços de prevenção e intervenção na assistência social, educação e saúde*. 1^aed. Maceió (AL): Edufal, 2023, v. 1, p. 113-148.

MIURA, Paula Orchiucci. Ações terapêuticas baseadas em Winnicott: estudo de caso de violência intrafamiliar. Rabisco: *Revista de Psicanálise*, Porto Alegre, v. 4, p. 290-291. 2014.

MOREIRA, Maria Ignez Costa; SOUSA, Sônia Margarida Gomes. Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. *O Social em Questão*, v. 15, nº 18, p. 13-26, 2012.

MOREIRA, Tatiana das Neves Fraga et al. A construção do cuidado: o atendimento às situações de violência doméstica por equipes de Saúde da Família. *Saúde e Sociedade*, v. 23, nº 3, p. 814-827, 2014.

NISKIER, Rachel. Prevenção da violência contra crianças e adolescentes: do conceito ao atendimento - campanha permanente da Sociedade Brasileira de Pediatria. *Residência Pediátrica*, v. 2, nº 1, p. 12-16. 2012.

OBSERVATÓRIO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Indicadores de violência sexual contra crianças e adolescentes. Fundação Abrinq, 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). KRUG, E. G. et al. Relatório mundial sobre violência e saúde. Geneva: World Health Organization, 2002.

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. Mapear: nova edição do projeto identifica 807 pontos de maior risco para exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais. Brasília: PRF, 2024.

RAGOZZINO, Lara Cristina Motta; HENEMANN, Emily A.; CARDOSO, Cristina P. Caracterização da violência contra crianças e adolescentes. *Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília*, v. 8, nº 1, p. 129–148, 2022.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo; LEMOS, Flávia Cristina; LIRIO, Flávio Corsini. Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil: políticas públicas e o papel da escola. *Cadernos de Educação*, nº 38, p. 259-287, 2011.

RIBEIRO, Aline Cammarano et al. Confronting situations of violence against children and adolescents from the perspective of Guardianship Counselors. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 56, p. 1-8, 2022.

SILVA, Gisele da Luz Freire; Miura, Paula Orchiucci. Notificações de violações de direitos a partir do SIPIA em Maceió, Alagoas. *Psi Unisc*, v. 9, p. 1-20, 2025.

SILVA; Ester Francisco; NASCIMENTO, Deise F. O papel da escola no combate à violência doméstica sob a ótica do Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência - SPSCAVV. *Revista Simetria do Tribunal de Contas do Município de São Paulo*, v. 1, nº 7, p. 116-124, 2021.

SOUZA, Raquel Nogueira; HONORATO, Lorena Guimarães. A atuação do assistente social na efetivação de direitos de crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar em acolhimento institucional. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 8, nº 12, p. 203–224, 2022.

VAGOSTELLO, Lucilena et al. Práticas de escolas públicas e privadas diante da violência doméstica em São Paulo. *PSIC - Revista de Psicologia da Votor Editora*, v. 7, nº 1, p. 87-94, 2006.